

## A INTERFACE DA ESFERA CIVIL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS: uma análise habermasiana

Marco Bettine Almeida<sup>1</sup>  
Gustavo Gutierrez<sup>2</sup>

---

### RESUMO

Este texto buscará relacionar a participação política e políticas públicas no esporte. A categoria participação política será trabalhada a partir da obra de Mudança Social da Esfera Pública de Jürgen Habermas, este conceito - esfera pública – é entendida como uma estrutura que faz a mediação entre o Estado, Sistema Poder e, do outro, os setores privados do mundo das relações espontâneas - Esfera Civil. O esporte, por sua vez, é entendido como fenômeno social que possui distintas dimensões e alto impacto nas políticas públicas. Este texto procurou traçar uma síntese das relações entre esporte e esfera pública, desde a perspectiva da inserção no campo das políticas, procurando contribuir para desenvolver e aprofundar uma reflexão abrangente a respeito das diferentes dimensões que influenciam as condições das práticas esportivas e a sua preocupação com a participação social.

**Palavras-chave:** Esfera Civil; Participação Política; Políticas Públicas; Esporte.

---

---

1 Doutorado em Sociologia do lazer – UNICAMP. Pós-doutor da Universidade do Porto. Professor da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: [marcobettine@usp.br](mailto:marcobettine@usp.br)

2 Doutorado em Administração Fundação Getúlio Vargas. Professor da Faculdade de Educação Física- UNICAMP. Campinas/São Paulo, Brasil. E-mail: [gfgutierrez@terra.com.br](mailto:gfgutierrez@terra.com.br)

## INTRODUÇÃO

Este artigo fará uma relação entre a participação política e políticas públicas no esporte. Para entendermos a categoria participação política, buscamos aproximá-la do conceito esfera pública, entendida como uma estrutura que faz a mediação entre de um lado o Estado e o sistema político e, do outro, os setores privados do mundo da vida. O esporte, por sua vez, é entendido como fenômeno social que possui distintas dimensões e alto impacto nas políticas públicas.

Como se apontou em um texto anterior (ALMEIDA, GUTIERREZ e MARQUES, 2009), a esfera pública constitui-se enquanto um objeto de pesquisa com forte vocação interdisciplinar. Isto significa dizer que encontramos, no seu interior, a soma das dificuldades metodológicas, teóricas e políticas dos diferentes campos de estudo que contribuem para a sua formação. Neste sentido é fundamental ter presente na análise da esfera pública a sua dimensão política, compreendida enquanto a expectativa de melhoria e transformação das condições concreta de existência das pessoas.

Desde a carta constitucional de 1988, o esporte passa a ser parte de programas de Estado, colocado em um mesmo patamar de importância que outras esferas sociais, como o trabalho, a saúde ou a moradia. Neste sentido, fortalecer as políticas públicas de esporte é oferecer elementos para melhorar participação social e política. Neste contexto, as políticas públicas não devem ser pensadas como acesso ao esporte tão somente, mas no sentido de possibilitar que os programas estatais transformem as condições e o estilo de vida das pessoas.

Como exemplos de políticas públicas podemos citar: Descoberta do Talento Esportivo; Bolsa Atleta; Segundo Tempo; Pintando a Liberdade; Esporte e Lazer na Cidade; intervenções que, segundo leitura do site do Ministério do Esporte, possibilitam melhorias nas condições de vida da população, porém sem uma perspectiva de transformação da participação social, ou mesmo propostas para as pessoas interagirem entre elas.

Ao exemplificar algumas ações Federais do Ministério do Esporte buscou-se, não a crítica aos programas, mas oferecer mais um ponto de reflexão para pensar a intervenção no movimento e no esporte pautado na discussão de participação política. Este texto procurará debater estas questões, primeiramente fortalecendo os conceitos de esfera pública, posteriormente de políticas públicas para ao final relacionar as políticas públicas de esporte com os conceitos debatidos.

As definições fundamentais serão: (1) a esfera pública como estrutura de busca do consenso entre o Sistema Poder, o Sistema Dinheiro e os setores privados do mundo da vida; (2) a política pública entendida como ação estatal dirigida à população para a subordinação das pessoas de um território promovendo condutas e a dominação ordeira por parte dos participantes, podendo utilizar a força física estatal como parte do processo de racionalização das condutas sociais; (3) o esporte, compreendido como sistematização dos movimentos e das regras dos jogos populares, transformando-os em modalidades que possuem uma organização.

Todas estas categorias têm como pressuposto a inter-relação da política, da sistematização e da racionalização. Sua utilização enquanto recurso de apoio

epistemológico permitirá analisar as políticas públicas no esporte com base nos conceitos de esfera pública.

Importante lembrar que o esporte possui esta inserção na política pública devido também à “esportivização da sociedade”. Este fator proporcionou uma educação voltada à busca dos talentos, do vencedor e da necessidade da prática do esporte para o bem-estar. O esporte, devido a este fenômeno, estudado em outro texto (ALMEIDA, 2010), garantiu um posto privilegiado perante os programas governamentais, tido como uma possibilidade de esporte de massa, formação de cidadãos, transmissão de valores de competição e busca por crescimento, representatividade nacional e a forma de expressar o país como uma grande nação em desenvolvimento.

Finalmente, cabe colocar que este texto procura traçar uma síntese das relações entre esporte e esfera pública, desde a perspectiva da inserção no campo das políticas, procurando contribuir para desenvolver e aprofundar uma reflexão abrangente a respeito das diferentes dimensões que influenciam as condições das práticas esportivas e a sua preocupação com a participação social.

## **PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E ESFERA PÚBLICA**

Na linguagem habermasiana, o procedimento da democracia constitui a essência do processo de participação. A esfera pública, por sua vez, é a categoria chave do processo político deliberativo. Uma estrutura comunicativa, um centro potencial de comunicação pública, que revela um raciocínio de natureza pública, de formação da opinião e da vontade

política, enraizada no mundo da vida através da sociedade civil.

Na estrutura formativa a esfera pública permite que haja a comunicação do mundo da vida e a sociedade civil com o sistema político e administrativo. A esfera pública busca compreender os temas mais sensíveis e caros para a sociedade e os envia para os espaços de decisão política, para entrar nos processos institucionalizados de resolução e decisão, de forma a introduzir no sistema político os conflitos existentes na sociedade civil, a fim de exercer influência e direcionar os processos de regulação e circulação do poder do sistema político, através de uma abertura estrutural, sensível e livre de coações, ancorada no mundo da vida.

Esfera ou espaço público é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade; porém, ele não é entendido entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social (LUBENOW, 2010). A esfera pública não é uma instituição, nem uma organização, pois ela se constitui numa estrutura capaz de diferenciar e criar espaços de interação e organização social dos sujeitos, no sentido de permitir intervir na realidade concreta.

A esfera pública não é um Sistema, como o poder e o dinheiro na linguagem de Habermas. Ela é um espaço social, uma interface entre estes campos e o Mundo da Vida. A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicativos são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas estruturadas a respeito de temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida, a

esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana.

Ela [a esfera pública] representa uma rede supercomplexa que se ramifica num sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e sub-culturais, que se sobrepõem umas às outras; essa rede se articula objetivamente de acordo com pontos de vista funcionais, temas, círculos, etc., assumindo a forma de esferas públicas mais ou menos especializadas, porém, ainda acessíveis a um público de leigos (por exemplo, esferas públicas literárias, eclesiásticas, artísticas, feministas, ou ainda, esferas públicas “alternativas” da política de saúde, da ciência e de outras); além disso, ela se diferencia por níveis, de acordo com a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e do alcance, formando três tipos de esfera pública: esfera pública episódica (bares, cafés, encontros de rua), esfera pública da presença organizada (encontros de país, público que frequenta teatro, concertos de rock, reuniões de partidos ou congressos de igrejas) e esfera pública abstrata, produzida pela mídia (leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente). Apesar dessas diferenciações, as esferas públicas parciais, constituídas através da linguagem comum ordinária, são porosas, permitindo a ligação entre elas. (HABERMAS, 1992, p. 435-36).

A esfera pública tem como característica elementar ser um espaço irrestrito de comunicação e deliberação pública, que não pode ser anteriormente estabelecido, limitado ou restringido, e seus elementos constitutivos não podem ser antecipados. Em princípio, está aberta para todo âmbito social. Não existem temas ou contribuições

a priori englobados ou excluídos. A esfera pública é sempre indeterminada quanto aos conteúdos da agenda política e aos indivíduos e grupos que nela podem figurar.

Habermas propõe a adoção da ideia de deliberação pública nestes espaços de atuação prática da esfera pública. Nestes espaços unem-se os processos de identificação, filtragem e interpretação acerca de temas e contribuições que emergem das esferas públicas autônomas e são conduzidos para os foros normativos e institucionalizados do sistema político e administrativo. É nesse caráter de busca da legitimidade social que se realiza a normatividade da esfera pública e aproximação ao Mundo da Vida, e conseqüente afastamento dos Sistemas. É da inter-relação entre as esferas públicas informais e a esfera pública formal – isto é, dos fluxos comunicativos e influências públicas que emergem das esferas públicas informais, autônomas, e são transformados em poder comunicativo e transportados para a esfera formal – que deriva a expectativa normativa da esfera pública.

A expectativa normativa, isto é, a busca para intervenção concreta na realidade, se funda no jogo que se estabelece entre a formação política da vontade, constituída institucionalmente, e os fluxos comunicativos espontâneos de uma esfera pública não organizada e não programada para tomar decisões, os quais não são absorvidos pelo poder. Neste contexto, a esfera pública funciona como uma categoria de ação e absorção das necessidades.

As recentes transformações nos panoramas: social, político, econômico, cultural e religioso, refletem uma nova dinâmica envolvendo estados nacionais

que se juntam em comunidades regionais e supranacionais, de sociedades pluralistas nas quais a intolerância multicultural se agudiza, e na qual os cidadãos estão sendo empurrados e incorporados involuntariamente numa sociedade mundial, e classificados em centro e periferia. A expansão do debate sobre a esfera pública para um âmbito global significa que o contexto teórico específico que até aqui serviu de base para a discussão e descrição das possibilidades de uma esfera pública (cultura política comum engenhada no âmbito territorial nacional), Estado-nação ou a autoridade do Estado como endereço político do público, soberania popular, estado democrático de direito, constituição, direito), já não seria mais suficiente para compreender a nova dinâmica engendrada pelo processo de globalização do capital e da política em termos internacionais, ou as repercussões em escala mundial como a queda do socialismo de estado nos países do leste europeu que engendraram novas experiências de democratização, o movimento feminista crescente em termos mundiais, e os movimentos de democratização na China e na África (LUBENOW, 2010, p.251).

A reorientação habermasiana para um âmbito temático pós-nacional visa discutir as possibilidades e formas de um projeto constitucional de um estado democrático e de democracia deliberativa que envolva a esfera pública no nível global. Habermas parte do princípio de que os estados nacionais não conseguem mais dar conta dos problemas de legitimação da política, (ou dos efeitos colaterais de outras esferas de ação, como a economia), decorrentes da movimentação transnacional, e que acaba afetando, de uma forma ou de outra, os mecanismos de legitimação institucionalizados nos estados nacionais.

## SISTEMA PODER E POLÍTICA PÚBLICA

Política pública, entendida a partir do conceito de Max Weber, é o processo de racionalização da organização ou do sistema social. Pode-se dizer que se, para Weber (1994), o desenvolvimento de todas as formas de organização social estava associado a processos de racionalização, isto é verdade também para o que ele chamava de políticas públicas, as quais, na nossa contemporaneidade, se expressam na forma das ações estatais.

Em *Economia e Sociedade*, obra que reúne suas principais contribuições teóricas conceituais, Weber apresenta a seguinte definição para a noção de comunidade política: “uma comunidade cuja ação social é dirigida para a subordinação de um território e da conduta das pessoas dentro dele à dominação ordeira por parte dos participantes, através da disposição de recorrer à força física, incluindo normalmente a força das armas” (1978, p.901). Além de dominar um território e de manter o controle sobre a conduta de seus habitantes, mesmo que tenha que fazer uso da força física para tal, uma comunidade política se caracterizaria ainda pela capacidade de regulação das interações entre seus membros, em sentido amplo, não se restringindo às ações ou práticas sociais voltadas apenas para a realização de seus interesses econômicos (WEBER, 1978, p.902). Na mesma direção, a referência ao caráter ordeiro da dominação chama atenção para a importância do reconhecimento da autoridade ou da legitimidade das relações de poder constituídas. Em outras palavras, as comunidades políticas se caracterizariam também pelo cultivo de valores e peculiaridades culturais partilhadas entre seus habitantes (por exemplo,

símbolos nacionais), assim como pelo sentimento de solidariedade e, porque não, por uma identidade compartilhada por meio do esporte, no caso brasileiro o futebol.

Contudo, o processo de racionalização das instituições políticas provocou um distanciamento de tal ordem entre a ação política e as formas de vida, que tornou difícil concebê-las como comunidades políticas em termos weberianos. Isto é, como unidades políticas que tenham uma identidade cultural definida. Portanto, as políticas públicas refletem mais interesses dos sujeitos da ação social do que necessidades de uma coletividade.

Habermas (1987) afirma que é difícil visualizar como os cidadãos se sentem representados nas instituições políticas de suas sociedades, ou como poderiam internalizar alguma concepção de dever cívico, exclusivamente através de uma cultura política e de uma constituição que se mantém absolutamente impermeáveis aos valores cultivados nos grupos ou comunidades de referência – onde os cidadãos se reconhecem não apenas como indivíduos, mas também enquanto pessoas dignas e merecedoras de consideração, portadoras de uma substância moral e de uma identidade própria.

Para que uma identidade se institua como tal, mesmo que tenha um caráter abrangente como aquele associado à noção de patriotismo constitucional, é necessário que aqueles que com ela se identificam tenham a legitimidade de suas identidades locais (culturais, regionais, étnicas e que representante e representado sejam mutuamente reconhecidos).

Neste sentido, o esporte pode ser um veículo importante que poderá minimizar este afastamento, articulando as formas

de vida específicas e as demandas com as políticas públicas de esporte.

Neste contexto a discussão do esporte como política pública é particularmente interessante, na medida em que deveria agregar a afirmação de valores universais (vida, saúde, bem-estar, cidadania, respeito, legalidade, participação política) com uma preocupação em relação ao respeito de grupos multiculturais (folclore, raça, gênero, etnia, hábitos, costumes, necessidade especial e faixa etária).

## **ESPORTE COMO POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO NA SOCIEDADE**

A passagem do século XX, no Esporte, para o século XXI foi marcada por um quadro conceitual amplo de mudanças e tendências, influenciadas pelas transformações sociais e políticas (LUCENA, 2001), principalmente com o fim da guerra fria, a globalização e a importância da atividade física no mundo contemporâneo.

Desde os jogos olímpicos modernos de Pierre de Coubertin o Esporte se transformou, pode-se afirmar que o universo dividido em esportes amadores e profissionais tornou-se mais complexo que a simples aferição de renda. Hoje o esporte, como fenômeno social, possui distintas dimensões (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2009, p.1).

Depois da Segunda Guerra Mundial, o quadro internacional do Esporte transformou-se em todas as suas formas e pode-se afirmar que uma interpretação correta do conjunto de fatos históricos tornou-se extremamente difícil. O Esporte ganha uma nova forma, o ensino de suas práticas para uma educação do Movimento. O aspecto

pedagógico incorporou o ensino técnico da modalidade como espelho direto do fenômeno esportivo e uma universalização da prática. No esporte, as alterações da segunda metade do século XX, pós-guerra, foram profundas, pois o número de praticantes e modalidades cresceu muito. Além disso, o esporte era visto apenas na perspectiva do rendimento e após a Carta Internacional de Educação Física e Esporte da UNESCO em 1978, a prática esportiva passou a ser entendida como “direito de todas as pessoas”.

A ideia de uma prática esportiva pluralista trouxe a possibilidade de democratização e dissociação do esporte e atleta profissional. A abrangência social do Esporte passou a ser preponderante. As formas de exercício do direito ao Esporte passaram a ser o educacional, o popular/lazer, o alto-rendimento e o de massa. Estas dimensões do conceito contemporâneo de Esporte podem ser explicadas da seguinte maneira: (a) educacional pelos princípios sócio-educativos da participação, cooperação, coeducação, inclusão e do desenvolvimento do espírito esportivo; (b) o popular/lazer pela tradição, princípio da não obrigatoriedade, adaptação para a participação de todos e preocupação com os valores culturais do jogo e do esporte; (c) o alto-rendimento, pelos princípios da superação, competição, performance e uso de diferentes tecnologias; e (d) o de massa, pela indústria do entretenimento, consumo de bens materiais, reprodução do movimento e busca de uma estética pré-determinada.

Cabe lembrar que a globalização transformou o esporte principalmente com os avanços tecnológicos como o uso de mídias para o ensino tático e técnico; novos materiais como fibra de carbono; nutrição; psicologia; os diferentes tipos de doping;

aspectos financeiros como motor exclusivo da prática; perda da relação entre o atleta e o país de origem.

Na mundialização cultural o esporte se integra ao meio social conforme suas dimensões e características locais. O Esporte de Rendimento Profissional é aquele que pelo fenômeno da secularização, igualdade, especialização, racionalização, burocracia, quantificação e recorde, integra uma realidade cultural sem sofrer adaptações, uma competição mundial na China, por exemplo, é a mesma dos Estados Unidos, independente do modelo econômico, cultural e social destes e de outros países. Mostrando que o esporte burocratizado estrutura-se em um todo coeso e justamente esta coesão é que o possibilitou se tornar um fenômeno mundial (ALMEIDA, 2010, p.102).

O esporte passa a ser movimento de massa devido ao investimento econômico no setor e ampliação do mercado consumidor. Outro ponto a ser lembrado sobre a massificação do esporte é que, a partir da ampliação dos praticantes, aumentou-se o investimento do Estado levando a uma transformação no conceito de planejamento urbano e de políticas públicas no setor. O próprio desenvolvimento na área científica demonstrou um avanço no entendimento do esporte nas escolas juntamente com a prática das modalidades.

Neste sentido, é razoável defender a ideia de que o esporte participação como cultura espelha mais a sociedade atual do que a prática de alguns escolhidos geneticamente para representar o país como monocultura. Porém, o esporte participação necessita de um espelho, algo para mimetizar e isto é oferecido pela espetacularização, por meio da sua beleza, arte, integração



e plasticidade. As imagens veiculadas ao esporte, bem como um aparato midiático de grande proporção leva a alimentação do sentido da participação da prática, e quanto mais pessoas colocam o esporte no seu cotidiano mais espetacularizado ele fica. Este processo histórico, complexo, oferece uma pequena base para entender a esportivização da sociedade e, como ela está presente na vida das pessoas, simbolizando competição, originalidade, beleza, frustração, vitória, reciprocidade ou alegria, tornando as relações sociais repletas de valores esportivos (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2009, p.21).

Na questão do acesso ao esporte percebemos a prática não sistematizada e a falta de locais para que o esporte se desenvolva, bem como uma falta de estrutura dos esportes amadores, restando apenas algumas modalidades eleitas que dão retorno midiático.

Avançando as discussões anteriores sobre o esporte, hoje se pode afirmar que ele possui distintas dimensões, conforme a definição esporte de massa, popular/lazer, alto-rendimento e educacional. As políticas públicas deveriam intervir na dimensão: (a) do alto-rendimento (investimento em locais, estruturas, atletas, treinadores, clubes e na ciência do treinamento); (b) educativa, (projetos nas escolas, campeonatos escolares, professores, profissionais na área de saúde, ensino do movimento somado às modalidades, financiamento de estudos na área da pedagogia do movimento e do esporte e intervenção voltada ao aluno); (c) popular/lazer (praças de esporte e de lazer, recursos humanos, formação humanista voltada à saúde, projeto urbanístico, projetos sociais para pessoas em estado de vulnerabilidade, projetos para grupos especiais e projetos para formação cidadã). O esporte de massa

já possui uma inserção na vida das pessoas e um alto grau de influência, portanto, não deveria haver, em um primeiro momento, investimentos públicos neste setor.

Nas dimensões de (a) a (c), as interações podem relacionar a cultura e o esporte, pois muitas das atividades designadas como esporte passam por manifestações de cultura. Os jogos e as brincadeiras podem ser consideradas práticas para o ensino de alguma modalidade esportiva e fazem parte da herança cultural de cada comunidade. Procurando não segmentar nem a ideia de esporte, e nem tampouco a de cultura, os gestores e profissionais deveriam pensar suas ações como totalidade das tradições, técnicas e instituições derivadas de um sistema histórico, parte integrante e indissociável do saber partilhado por determinada comunidade.

Os programas de governo, pensados a partir dos conceitos de participação política, deveriam ter o cuidado de afastar-se da influência da cultura de massa (MORIN, 1997). Benjamin (1994), Adorno e Horkheimer (1986), discutiram a influência da indústria cultural na sociedade capitalista, apontando para seu caráter dominador e ideológico, principalmente pela criação de mecanismos de difusão em massa, como é o caso do rádio, da fotografia, cinema e televisão. Neste caso o esporte, que anteriormente se expressava no seio da cultura, agora divulga a rapidez e o consumo. Os meios de comunicação terminam por substituir outras formas de expressão não consumistas, isto é, apresentam-se enquanto mercadoria, e disseminando hábitos e costumes, moldando relações interpessoais (CORBIN, 1995).

A indústria cultural desenvolveu o consumo e expandiu o novo sistema de produção no campo da cultura, num processo



de padronização da vida enquanto modelo a ser seguido, atingindo diretamente as modalidades esportivas. No esporte ocorrem os dois processos apontados anteriormente, (a) a mecanização das modalidades esportivas através da incorporação da tecnologia e (b) a substituição prática esportiva não-consumista por uma necessidade de consumo, por meio da ideologização. Nesta perspectiva de análise a cultura de massa, pelo processo de substituição e ideologização, pode ser percebida subordinando todas as outras expressões em prol do consumo, para constituir-se enquanto campo hegemônico.

### **CARACTERÍSTICAS DO ESPORTE NO CAMPO DE ATUAÇÃO**

As relações entre esporte e suas formas de manifestação, ou ainda a percepção das dimensões do esporte a partir da reflexão a respeito das suas políticas, permitem perceber a dominação (não absoluta) da indústria cultural, definida a aqui enquanto categoria próxima ao esporte de massa. Com relação ao esporte popular/lazer e o esporte educacional são caracterizados pela sociabilidade espontânea, autoconhecimento, apresentam um intercâmbio constante, ou pelo menos uma dimensão comum enquanto resistência ou ressignificação do esporte de massa. O esporte de alto-rendimento possui uma inserção própria, ele vem da cultura popular por meio dos jogos e brincadeiras sistematizadas nas escolas inglesas, posteriormente, após a segunda Guerra mundial o esporte ganha relevância na sociedade urbano-industrial, incorporando os aspectos educacionais no ensino da técnica, para em seguida transformar-se em objeto de educação, levando os sentidos

de patriotismo, higienismo e respeito. O avanço da indústria cultural em todos os campos sociais, como parte da mundialização, transformou a prática como algo ligado à economia perdendo toda a relação com o popular/lazer, educacional, conforme procurou ilustrar a tabela I (encontra-se no final do capítulo).

O investimento no esporte é uma opção política forte. O primeiro aspecto que chama a atenção, a partir desta linha de raciocínio, é o caráter educativo das políticas públicas de esporte, como mostram as gestões de diferentes prefeituras, como Belo Horizonte (1999) e Porto Alegre (STIGGER, 1996). O esporte se potencializa na educação pelo esporte, isto é, ao colocar o caráter educativo, as atividades esportivas são explicáveis e justificáveis. O programa federal Segundo Tempo é um exemplo desta tentativa do esporte como veículo de educação. Em outras palavras, o esporte apoia-se no processo pedagógico formal para fundamentar-se em algo maior e ter assim sua legitimação enquanto política pública. Outra alternativa de valorização do esporte, passa por associá-lo ao controle da criminalidade (NICHOLLS, 1997). Trata-se então de um esporte funcionalista, que serve para minimizar os riscos sociais, fundamentado na concepção de que as ações ilícitas são provocadas por escolhas do indivíduo e não por problemas sociais mais gerais. O esporte é visto como integrante de um plano geral que vai eliminar a delinquência (BH. Prefeitura Municipal, 1999).

A política pública de esporte, como qualquer outro setor, deve ter uma postura crítica e articular-se, compartilhando objetivos e recursos, além de adotar como critérios fundamentais o incentivo à sociabilidade espontânea e o desenvolvimento

da sensibilidade e do autoconhecimento dos participantes. É neste sentido que se procurou apontar a importância da pesquisa a respeito da esfera pública e sua contribuição para pensar o esporte e suas políticas.

A esfera pública no esporte se potencializaria na educação social da população e na busca constante pela cidadania. Em outras palavras, o caráter educativo e pedagógico justifica a inserção da participação política nas políticas públicas, já que a participação social é um fator primordial para a transformação da sociedade.

A implementação de uma política dá-se no interior de um projeto político mais amplo, por meio de uma máquina de administração pública. As dificuldades são enormes, pois o controle de uma verba para ser distribuída associa-se à formação de grupos que irão compor uma base de apoio, levando a ações administrativas não coordenadas e independentes umas das outras. Assim, é extremamente difícil articular as propostas do campo da esfera pública para a implementação no Sistema Poder (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2004).

**Tabela I:** Características do esporte no campo de atuação.

DIMENSÕES ESPORTIVAS	Alto-Rendimento	Educacional	Popular/lazer	Massa
<b>Atributos sociais valorizados</b>	Performance Profissionalismo Vencedor	Autoconhecimento Individualidade Subjetivismo	Familiaridade Coletivismo Intersubjetivismo	Alienação Individualismo Economia
<b>Relação com as políticas públicas</b>	Pouco investimento, cabendo aos clubes de modo geral o patrocínio, ou empresas privadas ou de capital misto	Poucos projetos e investimento.  Ações isoladas e falta de continuidade	Vários Programas Federais sem apoio popular	Bastante investimento (exemplo do futebol) Garimpo de votos Populista Consumista
<b>Relação com o lazer</b>	Apenas para o espectador Lazer passivo Espelho que se reproduz em outros campos	Componente lúdico das aulas	Idéia de passadismo Nostalgia romântica Busca por jogos e folclore	Quase sinônimo
<b>Dificuldade ao acesso</b>	Investimento Público Qualificação Ampliar programa nacional de investimento no atleta e treinadores	Profissionais não preparados Escolas sem locais adequados	Dominação da cultura urbano-industrial Falta de locais Falta de divulgação dos projetos	Acesso aos bens materiais
<b>Inserção social</b>	Poucas modalidades com inserção social	Popular	Regionalista	Dominação Hegemônica
<b>Formas de expressão</b>	Desempenho Performance	Plural Educativa Participativa	Patriarcal Coletivista Identidade nacional	Mercadológica Alienante Massa consumidora
<b>Diálogo com outros campos</b>	Fechado	Aberto	Aberto	Fechado

Apesar deste contexto, as relações sociais presentes no ambiente esportivo e as consequências destas na vida das pessoas, possibilitam um entendimento acerca das

formas de comunicação e relacionamento existentes nesse meio. Ao desenvolver um programa de ensino das modalidades esportivas é preciso considerar não somente os

benefícios fisiológicos, mas também buscar atender a outros níveis de exigência do ser humano. Tais níveis dizem respeito às necessidades de relacionamento, bem-estar e autoestima. As estratégias utilizadas para a promoção de bem-estar, manutenção da saúde, integração social passam por construir territórios de identificação entre as pessoas e seu meio. Nesse contexto, a prática esportiva se apresenta como uma dessas estratégias, pois o esporte é um fenômeno social que além de incentivar o movimento, promove interação social e influencia no relacionamento e nas formas de comunicação entre os participantes.

Uma política pública de esporte, portanto, deve estar voltada tanto para melhores condições e acesso as práticas esportivas, quanto para uma intervenção no cotidiano para que as pessoas percebam e valorizem o movimento em suas vidas. A prática esportiva pautada em estruturas do esporte popular/lazer e educacional sugere ações cooperativas em suas atividades, visto que o objetivo é promover um processo de atividade esportiva independente da nomeação de melhores ou piores, vencedores e perdedores. Convém observar que nesse tipo de atividade podem também ocorrer ações competitivas, visto que a competição é intrínseca ao esporte e, em alguns casos, como nos esportes coletivos, por exemplo, existe a necessidade da presença de um oponente para a realização da prática.

O fenômeno esportivo, pensado como prática de grande aceitação social e com um alto potencial de intervenção, permite ser direcionado para melhoria das condições de vida e do estilo de vida. A Educação Física, com seu conteúdo pedagógico, pode fazer a intermediação com estudos sobre importância do movimento

para diferentes grupos sociais, além de formar profissionais comprometidos com os objetivos da participação política.

Para que esta proposta tenha sucesso é necessário, em primeiro lugar, a presença de profissionais qualificados para a promoção de atividades esportivas próprias para os objetivos de cada manifestação, pois a simples aplicação de atividades não se faz suficiente. Segundo, é necessário, para um processo de comunicação positivo entre promotor da prática e praticantes, que haja um conhecimento a respeito de valores transmitidos pelo esporte e seus significados. Terceiro, haver um comprometimento político em projetos horizontais e longitudinais, em vez de que verticais e pontuais. Último, valorizar o esporte enquanto elemento importante na formação social e cultural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A esfera pública como espaço social de comunicação livre de coerções potencializa a comunicação pública, que revela um raciocínio de natureza social, de formação da opinião e da vontade política, enraizada no mundo da vida através da sociedade organizada.

Ao compreender as necessidades do sujeito social ela revoluciona as categorias que interpretam a sociedade desde o olhar das ações instrumentais, para as comunicativas, esta mudança de paradigma é fundamental para fortalecer a participação política em qualquer esfera social. Para fins deste texto nos aprofundamos na esfera da participação política nas políticas federais de esporte.

O campo de atuação das políticas esportivas, tanto no sentido da pesquisa teórica como enquanto alternativa de

iniciativas e intervenções concretas, apresenta grandes desafios. É uma área em construção que depende, para seu desenvolvimento, do diálogo entre diferentes correntes e tradições acadêmicas. Além disso, é também um espaço de disputa e embate político, apropriado pelo dia a dia da gestão pública, caracterizada pelo conflito entre diferentes atores e partidos políticos.

Suas dificuldades são proporcionais às suas possibilidades para auxiliar o processo de construção de condições de vida mais justa, sadias e felizes, para amplos segmentos da sociedade. A questão das políticas públicas no esporte não pode ser pensada isolada, nem do desenvolvimento científico, e nem tampouco das lutas políticas, econômicas e culturais que a rodeiam. Neste contexto, a interface com a reflexão sobre o Esporte e as diferentes formas de apropriação de sua prática pode contribuir de forma positiva.

A discussão a respeito de políticas de esporte pautada na participação política é complexa. Um primeiro aspecto essencial é o seu caráter dúplice. A participação política no esporte deveria ser vista como desenvolvimento do estilo de vida e condições de vida. Associar as políticas públicas a esta ordem é muito complicado já que as ações priorizam a mudança subjetiva no estilo de vida, sem dar suporte material suficiente para ter uma condição de vida digna (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2004). Esta visão de participação política pode ser percebida em projetos federais de 2003-2006, como Mexa-se, Segundo Tempo, Esporte Lazer na Cidade e Política Nacional Contra o Diabetes, que propõem ações particularizadas, sem proporcionar um pensamento articulado entre os diversos setores sociais (ALMEIDA e GUTIERREZ, 2007).

O Esporte (pensados pelos princípios pedagógicos da Educação Física), portanto, passou de meras ações pontuais, para estudos profundos dos aspectos positivos do movimento na vida das pessoas, pensado como mudança de Estilo de Vida e melhorias nas Condições de Vida.

Na agenda das políticas públicas esportivas as intervenções deveriam relacionar a cultura e o esporte, pois, muitas das atividades designadas esporte passam por manifestações culturais. Os gestores e profissionais deveriam pensar suas ações como totalidade de um sistema histórico, voltando-se para: (a) qualificação profissional para a promoção de atividades esportivas próprias para os objetivos de cada manifestação, (b) processo de comunicação positivo entre promotor da prática e praticantes, (c) comprometimento político em projetos horizontais e longitudinais, (d) valorizar o esporte enquanto elemento importante na formação social e cultural.

O esporte pelo conceito de condições de vida pode ser pensado como o oferecimento para a população de práticas esportivas, em ambientes saudáveis, promovendo a saúde, o bem estar, o contato com o maior número de modalidades, ações voltadas para o movimento no sentido amplo, sociabilidade espontânea (MARQUES, GUTIERREZ e ALMEIDA, 2008), o estreitamento dos laços na comunidade, presença do poder público nestes. Para finalizar, o esporte auxilia na formação da esfera civil organizada para gerir conjuntamente ao poder público por meio de diálogo a própria prática, transformando os programas, as condições de vida e estilo de vida.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento, indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas**. Tradução: Guido de Almeida, Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- ALMEIDA, Marco. O esporte como matriz da sociabilidade espontânea: um olhar pelo referencial habermasiano. Revista da ALESDE, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 100-110, setembro 2011.
- ALMEIDA, Marco e GUTIERREZ, Gustavo. Políticas Públicas de lazer e qualidade de vida: a contribuição do conceito de cultura para pensar as políticas de lazer. (67-84). In: VILARTA, Roberto. **Qualidade de vida e Políticas Públicas: saúde, lazer e atividade física**. Campinas, SP: IPES Editorial, 2004.
- \_\_\_\_\_. Índices de qualidade de vida no Brasil: instrumento para análise dos indicadores e das políticas públicas. In: **Revista gestão Industrial**, v.3, n.3, p.148-159, 2007.
- ALMEIDA, M. e GUTIERREZ, L. Esporte e Sociedade. In: EFDeportes Revista Digital. v.14, n. 133, 2009. p. 1-1. Disponível em <http://www.efdeportes.com>. Acesso em 17 de agosto de 2009.
- ALMEIDA, M., GUTIERREZ, L. e MARQUES, R. Qualidade de Vida como objeto de estudo polissêmico: contribuições da Educação Física e do Esporte. In: Revista **Brasileira de Qualidade de Vida**. v. 01, n. 01, jan./jun. 2009, p. 15-22. Belo Horizonte. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Esportes. **O Lúdico e as políticas públicas: realidade e perspectivas**. BH: PBH/SMES, 1999.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e cultura: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOSI, Eclea. **Cultura de Massa e Cultura popular: leituras operárias**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CORBIN, Alain. **L'Avènement des Loisirs (1850-1960)**. Paris: Aubier, 1995.
- ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la Acion Comunicativa**. Versión Castellana de Manoel Jemenez Redondo. Madri: Taurus, 1992.
- LUBENOW, Jorge Adriano. **Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos**. Kriterion, Belo Horizonte, v. 51, n. 121, June 2010.
- LUCENA, Ricardo. **O esporte na cidade: Aspectos do esforço civilizador brasileiro**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- MARQUES, Renato, GUTIERREZ, Gustavo e ALMEIDA, Marco. O esporte contemporâneo e o modelo de concepção das formas de manifestação do esporte. In: **Conexões – Revista da Faculdade de Educação Física da Unicamp**. v.6, n.2, p.42-61, 2008.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX: neurose**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- NICHOLLS, Geoff. The role of sport counseling for unemployed Young people on Probation. In: **World leisure e recreation**. v. 39. n.4. Leisure Management Unit, Sheffield University the UK, 1997, p. 23-26.

- STIGGER, Marco. Participação popular na gestão espaço público de lazer: um caminho percorível na construção da utopia democrática. In: MARCELLINO, N. (Org). **Políticas Públicas e setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução: Vinicius Eduardo Alves. São Paulo: Centauro, 1978.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn, 3ª ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.

## THE INTERFACE OF THE CIVIL PUBLIC SPORTS POLICIES: an analysis habermas

---

### ABSTRACT

This paper will seek to relate political participation and public policies in the sport. The category of political participation will be crafted from the work of Social Change in the Public Sphere by Jürgen Habermas, this concept - the public sphere - is understood as a structure that mediates between the State, Power System and on the other, the private sectors of world relations spontaneous - Civil Sphere. The sport, in turn, is understood as a social phenomenon that has different dimensions and high impact on public policy. This paper has tried to outline a summary of the relationship between sport and the public sphere, from the perspective of integration policies in the field, looking for help to develop and deepen a comprehensive reflection about the different dimensions that influence the conditions of sports practices and their preoccupation with social participation.

**Keywords:** Civil Sphere; Political Participation; Public Policies; Sport.

---

Recebido em: agosto/2013  
Aprovado em: novembro/2013